

Assistentes sociais na defesa da Seguridade Social



ILUST.: CARLOS D

Encontro Nacional

A delegação do Estado do Rio de Janeiro (foto) composta por assistentes sociais de base e diretores do Cress/RJ (incluindo as Seccionais), eleitos em assembleia, participou ativamente de todas as discussões propostas no 34º Encontro Nacional do Conjunto CFESS/Cress realizado em Manaus (AM). O tema principal do evento foi "Defender direitos e fortalecer movimentos sociais: atribuições ética, política e profissional do assistente social para radicalizar a democracia. Na plenária final foi aprovada a Carta de Manaus. Página 8



Os professores Maria Inês Bravo (Uerj) e José Paulo Netto (UFRJ) falam sobre a origem do conceito de seguridade social e sobre a concepção de Serviço Social. Vale a pena conferir o texto das páginas centrais.

2 ASSEMBLÉIA

Categoria define valor da anuidade no dia 17 de outubro

7 COFI

Comissão presta conta das ações desenvolvidas

6 SAÚDE

Evento marca presença do Serviço Social no SUS

A atual conjuntura política do país, com escândalos de corrupção em meio a várias reformas com um perfil contrário aos interesses dos trabalhadores e encaminhadas pelo governo Lula, está na contramão do projeto ético-político da categoria. Mais do que nunca, esse quadro aponta novos desafios aos profissionais de Serviço Social. Não podemos nos deixar influenciar pela falta de esperança que tomou conta do país diante da crise ética na esfera política. É preciso apostar no fortalecimento dos movimentos sociais e defender direitos. Não é à toa que esse foi o tema principal do último Encontro Nacional do Conjunto CFESS/Cress, onde foram também tratadas questões sobre a seguridade social, democratização da informação e reforma universitária. A cobertura do evento está na página 8 desta edição.

A professora Maria Inês Bravo (UERJ) e o professor José Paulo Netto (UFRJ) abordam o conceito e a concepção de seguridade social e Serviço Social nas páginas centrais. Vale a pena conferir.

Estamos em outubro, mês em que acontece o referendo sobre o desarmamento. A resposta das urnas vem sendo anunciada como solução ao combate à violência, sem qualquer abordagem sobre a distribuição de renda socialmente produzida e nem sobre a implementação de uma política pública de segurança. Nesse sentido, o 34º Encontro Nacional aprovou na Carta de Manaus uma indicação positiva pelo desarmamento embora reconheça que, sozinho, não elimina a violência no país. Mecanismos de consulta popular, como este, colaboram para a efetivação da democracia. Cabe aos assistentes sociais contribuir para o fortalecimento da participação política direta da população, como alternativa para radicalizar a democracia, orientação expressa no Código de Ética Profissional.

A Diretoria

INFORMES

ASSEMBLÉIA

A Assembléia Geral Ordinária dos assistentes sociais do Estado do Rio de Janeiro será realizada no dia 17 de outubro de 2005 (segunda-feira), às 18h, no Auditório Hilda Corrêa de Oliveira (sede do Cress/RJ). Rua México, 41, sala 1205, Centro. Na pauta: Plano de Metas/Orçamento de 2006, deliberação do valor da anuidade (2006), 34º Encontro Nacional CFESS/Cress (AM) e informes gerais. Para exercer o direito de voto, o assistente social deve estar em dia, até 2004, com o Cress. Agende esta data, pois sua participação é fundamental!

**DATA: 17/OUTUBRO/2005
(SEGUNDA-FEIRA)**

HORA: 18H

**LOCAL: SEDE DO CRESS/
RJ RUA MÉXICO, 41, SALA
1205, CENTRO - RJ**

NOVIDADE

Os assistentes sociais já podem usar mais um recurso para efetuar o pagamento de suas anuidades. Aqueles que estiverem em débito com o Cress/RJ e quiserem receber a guia de pagamento da anuidade por e-mail, basta enviar solicitação para registroanuidade@cressrj.org.br com o número de registro no Cress

COMISSÃO SOCIOJURÍDICA

O II Encontro Estadual do Serviço Social no Campo Sociojurídico será realizado nos dias 3 e 4 de novembro. O tema será “Ética e Justiça no Campo Sociojurídico”. O evento, que será realizado na Uerj, contará com as seguintes mesas-redondas: “O papel do Estado e a consolidação das políticas públicas”, “Justiça e garantia de direitos”, “Mídia e criminalidade”, “As garantias legais para infância e juventude e os novos projetos de lei”, “O exercício profissional no campo sociojurídico” e “Lei de execução penal e a garantia de direitos”. Os interessados devem fazer a inscrição na secretaria do Cress. A taxa de inscrição é de R\$ 30,00. Mas informações nos telefones do Cress/RJ (Veja no expediente do jornal).

REGISTRO E ANUIDADE

A Comissão de Inscrição do Cress informa que o setor de registro e anuidade não fará atendimento ao público às sextas-feiras. O objetivo é fazer uma organização interna do setor a fim de prestar um melhor atendimento aos assistentes sociais.

Quero
parabenizar
a equipe do jornal

CARTAS

*Praxis pela excelente
escolha da ilustração da capa da
edição Nº31, do Ano IV, junho/
julho 2005, com a matéria que
abordou a experiência do
assistente social no “PETI”. Não
sou leitor assíduo do jornal,
obtive o exemplar na distribuição
gratuita da biblioteca da
UNIFOA, em Três Poços-Volta
Redonda, e a ilustração me fez
entrar neste maravilhoso mundo
do Serviço Social. Parabéns a
você por este trabalho. - Jaime
Alex Marques da Silva,
Engenheiro, Professor da
UNIFOA, Engenharia Ambiental*



CINEMA NO CRESS - PROGRAMAÇÃO

*A programação do segundo semestre de 2005
enfocherà datas importantes para o Serviço Social
e para as lutas populares de todo o mundo. A
sessão, que acontece sempre às sextas-feira, 18h
(entrega de senhas meia hora antes da projeção)
é gratuita. Participe! Convide seus amigos!*

14/outubro - Parente... é serpente (Itália, 1993). A ceia de Natal da família Colapietro vai bem, até que a matriarca declara que ela e o marido estão muito velhos para morarem sozinhos e por isso querem mudar para a casa de um dos filhos. Daí em diante, tudo vira um ‘Deus nos acuda’. Este familiar encontro natalino é pretexto para um acerto de contas emocional onde são debatidos assuntos como solidão, velhice, homossexualidade, relações familiares. DIREÇÃO: Mario Monicelli. ELENCO: Tommaso Bianco, Renato Cecchetto, Marina Confalone. OCASIÃO: dois anos da publicação do Estatuto do Idoso. CONVIDADO: **Marcia Botão**, assistente social da Claro.

04/novembro - Edukators (Alemanha, 2004). Três jovens comunistas realizam protestos pacíficos, invadindo a casa de

peças ricas para trocar os móveis de lugar e deixar mensagens de protestos. Porém, eles não contavam encontrar presente o dono de uma das casas, militante das manifestações juvenis de 1968, e hoje defensor do capitalismo. DIREÇÃO: Hans Weingartner. ELENCO: Daniel Brühl, Julia Jentsch, Stipe Erceg. OCASIÃO: 16 anos da queda do Muro de Berlim. CONVIDADO: **Fernando Leitão**, economista, doutorando de Serviço Social da UFRJ.

09/dezembro - Quanto vale ou é por quilo? (BR, 2005) - Existem diferenças entre as ações das ONG’s e das empresas (a partir da discussão da Responsabilidade Social) e os senhores de escravos brasileiros? O filme faz uma crua comparação entre públicos e momentos distintos da história do Brasil. DIREÇÃO: Sérgio Bianchi. ELENCO: Caco Ciocler, Lázaro Ramos, Cláudia Mello, Leona Cavalli, Herson Capri, Marcélia Cartaxo. OCASIÃO: 12 anos de publicação da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS). CONVIDADA: Hilda Corrêa de Oliveira, assistente social, ex-presidente do Cress-RJ.

RETIFICAÇÃO – Na última edição do Práxis, na página 7, foi publicada a matéria “A contribuição do Projeto Atas para a categoria”. No quinto parágrafo faltou constar o depoimento da profissional. Embora o Código de Ética expresse um projeto de profissão e seja um instrumento de defesa de uma prática de qualidade, ainda é possível ouvir do profissional de Serviço Social o seguinte depoimento: “Por mais que queiramos atuar em acordo com os princípios do Código de Ética, são vários os fatores que vão de encontro a nossa prática. O que nos intriga mais, é que os empecilhos em sua maioria, não são por parte de pessoas leigas e sim por quem tem conhecimento e poder de decisão, chegando ao ponto de negar atendimento aos nossos usuários...” (A.S. participante do Curso promovido pelo Projeto ATAS).

EXPEDIENTE

PRÁXIS

**CONSELHO REGIONAL
DE SERVIÇO SOCIAL -
7ª REGIÃO -
JUL./AGO. 2005**

Presidente: Andreia Cristina Alves Pequeno
Vice-Presidente: Marlise Vinagre
1ª Secretária: Teresa Joana de Castro Azevedo
2ª Secretária: Renato dos Santos Veloso
1ª Tesoureira: Tânia Elisabete Gonçalves
2ª Tesoureira: Solange da Silva Moreira

Suplentes: Fátima da Silva Grave, Roseli da Fonseca Rocha, Melissa Cavalcante Yaakoub, Orly Lopes Santos, Ana Lúcia G. Alcântara, Martha

Fortuna Pereira Basto, Andrea Gonzaga de Oliveira, Lúcia da S. Soares e Célia Zuzart

Conselho Fiscal: Rosely Reis Lorenzato, Newvone Ferreira da Costa e Rodrigo G. Martins Andrade

Comissão de Comunicação: Rodrigo Martins, Andrea Gonzaga de Oliveira, Melissa Yaakoub, Renato Veloso e Michelle Moraes.

Norte e Nordeste Fluminense - Coordenadora: **Thais Tavares Bernardo**; Tesoureira: **Junia de Souza Elias**; Secretária: **Gisele Pereira Luiz**. Suplentes: **Janaina Alves Monteiro, Leonardo Marques Pessanha e Marco Antonio Pedro Vieira** - Rua 21 de Abril, 272, s.311 - CEP 28010-170 Centro - Telefax: (22) 2723-9464

Sul Fluminense - Coordenador: **Francisco de Assis Rodrigues Mendes**; Tesoureira: **Carolina G. F. Igreja**; Secretária: **Luiza Carla Cassemiro**. Suplentes: **Valéria Martins Barbosa, Armanda Pereira da Cruz e Ursula Adriane F. Amorim** - Rua 25-A, 23 s/802, Vila Sta. Cecília - CEP 27261-050 - Telefax: (24) 3342-6886

Jornalista Responsável: Cecília Contente (MTB/ RJ 17.232) | **Diagramação:** Virgínia Aôr (MTB/ RJ 18.588) | **Ilustração:** Carlos D | **Impressão:** Tipológica | **Tiragem:** 10.000 exemplares
Rua México, 41, grupos 1203-1205 Centro - Rio de Janeiro - RJ - CEP 20031-144
Telefax: (21) 2240-1727 / 3627 / 0822
e-mail: comunicacao@cressrj.org.br
www.cressrj.org.br

Atual gestão reforça a organização coletiva

Desde que assumiram a direção do Cress/RJ, em maio, os atuais conselheiros estão atuando no sentido de reforçar a organização coletiva dos profissionais de Serviço Social, na defesa dos direitos sociais, das políticas públicas de qualidade e da justiça e equidade social. As ações que estão sendo encaminhadas são resultados do aprofundamento dos investimentos que tem sido feito no Conjunto CFESS/Cress, além de novas demandas enfrentadas pela categoria na atual conjuntura política.

Combate à inadimplência

Na área política, administrativa e financeira, a gestão tem procurado agir com a maior transparência no gerenciamento dos recursos da entidade a fim de proporcionar mais eficiência nas ações do Conselho. Está sendo feito um combate à inadimplência, através da conscientização dos assistentes sociais. A Comissão de Orientação e Fiscalização (COFI) está ganhando atenção especial, no sentido de fortalecer a política de fiscalização descentralizada, com base na defesa do Código de Ética e na Lei de Regulamentação Profissional, assegurando uma concepção ampliada de fiscalização como a prática pedagógico-preventiva.

Na política de comunicação, o Cress/RJ investiu na realização de um Seminário aberto à categoria, realizado no auditório Hilda Corrêa de Oliveira, na sede da entidade, com o objetivo de subsidiar elementos para o Encontro Nacional de Comunicação a ser realizado em 2006 e avaliar os



Os palestrantes do Seminário de Comunicação, sob a coordenação do diretor Rodrigo Martins e uma atividade cultural do Encontro Descentralizado realizado em Belo Horizonte.

materiais produzidos no Conjunto CFESS/Cress. Foram convidados os jornalistas João Baptista Abreu Junior (UFF) e Nilo Sergio Gomes (Rádio MEC) e o programador visual Luís Henrique Nascimento (Estúdio Metara) que forneceram elementos técnicos para as discussões que foram feitas nos grupos. Também foram convidadas as assistentes sociais Mavi Rodrigues (UFRJ) e Elaine Behring (UERJ), além da participação da assessora de Comunicação do Cress/RJ. A direção, junto com assistentes sociais de base eleitos em assembléia da categoria, participou dos Encontros Descentralizado e Nacional do Conjunto CFESS/Cress, realizados em Minas Gerais e Amazonas respectivamente.

Um dos maiores desafios da atual gestão é fortalecer e ampliar a atuação das comissões temáticas, visando uma ação conjunta com a Comissão de Ética e a COFI. Para isso, é fundamental a participação dos assistentes sociais. Veja no quadro os horários e dias das comissões que já foram reorganizadas. Outras comissões temáticas deverão ser retomadas ou criadas. Participe desse processo!

AGENDA DAS COMISSÕES / CALENDÁRIO DAS REUNIÕES

Comissões	OUT	NOV	DEZ
Comissão de Educação	13/10 às 14:00 h	10/11 às 14:00 h	08/12 às 14:00 h
Comissão de Assistência	19/10 às 18:30 h	09/11 às 18:30 h 23/11 às 18:30 h	07/12 às 18:30 h
Comissão Sociojurídica	05/10 às 15:00 h 21/10 às 15:00 h	09/11 às 15:00 h 25/11 às 15:00 h	09/11 às 15:00 h
Comissão de Ética	05/10 às 14:00 h 12/10 às 14:00 h 19/10 às 14:00 h 26/10 às 14:00 h	09/11 às 14:00 h 16/11 às 14:00 h 23/11 às 14:00 h 30/11 às 14:00 h	07/12 às 14:00 h 14/12 às 14:00 h 21/12 às 14:00 h
Comissão de Comunicação	14/10 às 14:00 h 28/10 às 14:00 h	11/11 às 14:00 h 25/11 às 14:00 h	09/12 às 14:00 h
COEAD	25/10 às 18:00 h	29/11 às 18:00 h	
Projeto Parlamento	14/10 às 10:00 h 28/10 às 10:00 h	11/11 às 10:00 h 18/11 às 10:00 h	09/12 às 10:00 h
Comissão de Formação	18/10 às 15:00 h	22/11 às 15:00 h	13/12 às 15:00 h
NEAT	26/10 às 18:00 h	Encontro	—

Volta Redonda

O assistente social Francisco de Assis Rodrigues Mendes, atual presidente da Seccional de Volta Redonda, foi entrevistado na TV Rio Sul, afiliada da Rede Globo, no programa RJTV, no município de Resende/RJ. Prestou vários esclarecimentos relativos a violência contra idosos no ambiente doméstico, abordando temas como abandono, negligência, falta de respeito e maus tratos físicos e morais. Enfatizou que um dos papéis do assistente social diante dessas situações é o conhecimento de cada caso através da reflexão e do diálogo e posterior encaminhamento para o Ministério Público, de acordo com a necessidade. Aproveitou a oportunidade para divulgar o telefone 24 – 3347 5655 do Centro de Atendimento à Pessoa Idosa, da Secretaria Municipal de Ação Comunitária da Prefeitura Municipal de Volta Redonda.

Os representantes do Cress nos Conselhos Municipais de Assistência Social (CMAS), Francisco de Assis Rodrigues Mendes e Carolina Guimarães Ferreira Igreja foram eleitos nas conferências municipais como delegados para a V Conferência Estadual de Assistência Social.

SECCIONAIS

Campos

A Seccional de Campos – Gestão 2005/2008 – “O tempo não pára” vem compartilhar o trabalho desenvolvido nesses quatro meses de gestão, que vem construindo uma história de luta junto aos profissionais da base.

A COFI tem realizado visitas e reuniões com os profissionais da área de saúde e assistência nos municípios que compõem nossa área de abrangência, tendo como objetivo a contribuição na efetivação do exercício profissional mais especificamente, na elaboração do Plano de Metas para 2006, pautado no projeto ético-político. A diretoria ressalta a participação da Seccional/Campos nas diversas conferências, entre elas, de Assistência Social, de Direito da Criança e do Adolescente, de Saúde e grito dos excluídos entre outras. Além da participação no Encontro CFESS/Cress (Descentralizado e Nacional), com representação ativa da diretoria e assistente social de base; e nos encontros das comissões temáticas de saúde, sociojurídica, comunicação. Vale destacar que a comissão de comunicação vem se reunindo periodicamente objetivando a elaboração do boletim informativo das ações da Seccional/Campos.

Projeto “Cinema no CRESS” no Norte e Noroeste Fluminense.

A programação, que iniciou em setembro com a projeção do *Ônibus 174* (BR/2002), enfoca importantes debates para o Serviço Social e a comunidade. As sessões, previstas para acontecerem na última 5ª-feira de cada mês, às 18:30h, serão gratuitas e abertas, na Sede de Campos, Rua 21 de Abril, 272/311, Centro (Ed. Brasiluso), telefone (22) 2723-9464. Em novembro, excepcionalmente, o evento será realizado no Departamento de Serviço Social de Campos, como parte da programação da *Semana Acadêmica da Universidade Federal Fluminense* (UFF).

PROGRAMAÇÃO

■ **27/10** – *Ilha das Flores* (Br/1989): Narrativa que acompanha a trajetória de um tomate, desde que é colhido no campo até o depósito de lixo. Imagens e texto formam uma mensagem contundente sobre o aproveitamento do lixo, sobre liberdade, relações humanas e questões sociais. Um ácido e divertido retrato da sociedade de consumo. DIREÇÃO: Jorge Furtado. CONVIVADA: **Denise Chrisóstomo de Moura Juncá**, Assistente Social, Drª em Saúde Pública, Profª da UFF/Campos, Coordenadora do Grupo Interdisciplinar de Estudo e Pesquisa em Cotidiano e Saúde (GRIPES/UFF).

■ **24/11** – *Segredos e Mentiras* (ING, 1996): Após a morte da sua mãe adotiva,

Hortence, uma jovem negra de 27 anos, decide procurar a sua mãe biológica. Fica espantada quando descobre que esta é branca e que tem uma filha de 20 anos, Roxanne, com quem vive. Apesar do pânico que se apodera de Cynthia ao rever essa criança há muito esquecida, e apesar de tudo o que as separa, uma verdadeira relação de confiança e de amor nasce entre mãe e filha. DIREÇÃO: Mike Leigh. CONVIVADA: **Isabel Cristina Chaves Lopes**, Assistente Social, Mestre em Serviço Social, Profª da UFF/Campos, Membro do Núcleo de Estudos sobre Ética, Diversidade de Gênero, Etnia e Raça (NEDIGER/UFF).

■ **8/12** – *As Invasões Bárbaras* (Canadá, 2003): O canadense Denys Arcand, diretor de *O Declínio do Império Americano*, faz uma continuação da sua obra mais famosa. Com o reencontro dos mesmos personagens 17 anos depois, ele debate a queda do homem e de suas ideologias, em uma bem humorada crônica sobre a modernidade. *As Invasões Bárbaras* tenta revisar a geração de jovens que marcou os anos 60 com seu desejo de liberdade e ação política que culminou no ano de 1968, aquele que para alguns ainda não terminou. DIREÇÃO: Denys Arcand. CONVIVADO: **Hélio Coelho**, Advogado, Profº de História do Brasil Contemporânea, Sociologia e Ciência Política da Faculdade de Direito de Campos e do Depto. de Serviço Social da UFF/Campos e Bom Jesus.

Serviço Social e a Seguridade Social

A Seguridade Social é uma noção amplamente utilizada a partir de 1945, no pós-guerra, para designar um conjunto de ações governamentais no campo da proteção social, envolvendo um conjunto de políticas. De acordo com a assistente social e professora da Uerj, Maria Inês Souza Bravo, é o reconhecimento das desigualdades e das lutas voltadas à preservação das condições de vida dos cidadãos e faz com que medidas de proteção se desdobrem do âmbito privado para a esfera pública.

Maria Inês, que também é doutora em Serviço Social e coordenadora do projeto “Políticas Públicas de Saúde: o potencial dos conselhos do Rio de Janeiro”, contou que as entidades da categoria do Serviço Social têm concebido a Seguridade Social, a partir de seu caráter contraditório, ou seja, sendo defendida como instrumento estratégico das classes subalternas em duas direções: como garantia de condições sociais de vida aos trabalhadores e como campo de acúmulo de forças para a conquista de poder político por parte dos trabalhadores organizados.

Constituição

No Brasil, a concepção de Seguridade Social só é assumida na Constituição Federal de 1988, atendendo as históricas reivindicações das classes trabalhadoras. Está inserida no capítulo “Da Ordem Social” e é composta pelo tripé: Saúde, Assistência Social e Previdência Social. Representa a promessa de afirmação e extensão de direitos sociais, em consonância com as transformações sócio-políticas que se processaram. Nessa direção, destacam-se na concepção de Seguridade Social: a universalização, a concepção de direito social e dever do Estado, o estatuto de política pública à assistência social, a definição de fontes de financiamento e novas modalidades de gestão democrática e descentralizada, com ênfase na participação de novos sujeitos sociais como os conselhos e conferências de direitos e de política social.

Segundo Maria Inês, alguns autores têm levantado questões com relação à concepção de Seguridade inscrita na Constituição, como a de que a Seguridade Social brasileira se restringiu a apenas três políticas e a de que há uma mistura no nosso sistema entre a concepção de seguro com a de seguridade. Destacou que essas três políticas têm caráter diferenciado: a Previdência Social é contributiva, a Assistência Social é restrita e limitada e a Saúde é universal. Na opinião da professora, a Seguridade Social defendida deveria envolver outras políticas públicas tais como: trabalho, educação, habitação, segurança pública, entre outras. Garantiu que a Carta de

SEGURIDADE SOCIAL			Concepção restrita expressa na Constituição da República Federativa do Brasil - 1988		
	SAÚDE	PREVIDENCIA	ASSISTENCIA SOCIAL		
ACÕES / SERVIÇOS	Políticas sociais e econômicas que visem a redução do risco de doença e outros agravos; Ações e serviços para promoção, proteção e recuperação da saúde.	Cobertura dos eventos de doença, invalidez, morte; Ajuda à manutenção dos dependentes dos segurados de baixa renda; Proteção à maternidade; Proteção ao trabalhador em situação de desemprego involuntário; Pensão;	Proteção à família, maternidade, infância, adolescência e velhice; Amparo a crianças e adolescentes carentes; Promoção da integração ao mercado de trabalho; Habilitação e reabilitação de pessoas portadoras de deficiência (PPD) e promoção de sua integração à comunidade; Garantia de um benefício de um salário mínimo para o idoso e PPD cuja renda per capita não seja superior a 1/4 do salário mínimo.		
ACESSO	Universal. Não contributiva.	Aposentadoria. Contributiva	Universal nos critérios de acesso. Não contributiva		
LEIS COMPLEMENTARES DECRETOS IMPORTANTES	Lei 8.080/90 (dispõe sobre a promoção, proteção e recuperação e funcionamento dos serviços de saúde, e sobre a organização da saúde, e sobre a organização da saúde, e sobre a organização da saúde, e sobre a organização da saúde). Lei 8.142/90 (sobre a participação da comunidade no SUS e sobre o seu financiamento). Ambas as Leis são conhecidas como LOS - Lei Orgânica da Saúde.	Lei 8.212/91 (organização da seguridade e plano de custeio) Lei 8.213/90 (Plano de benefícios da Previdência) OBS.: Já existem inúmeras alterações através de decretos, leis e medidas provisórias como por exemplo o decreto 3048 de 06/05/99 que apresenta nova estrutura do INSS e institui um único regulamento de benefício e custeio. (CRESS 7ª R, 2001)	Lei 8.742/93 (que dispõe da organização da assistência social, também conhecida como LOAS - Lei Orgânica da Assistência Social).		
PRINCIPAIS PARTICULARES	Movimento da Reforma Sanitária (Viana, 1999)	Movimento dos Aposentados. COBAP – Confederação Brasileira dos Aposentados (Viana, 1999)	Categoria dos Assistentes Sociais. (Viana, 1999)		
FRAGILIDADES	Não implantação do SUS. Refluxo do movimento da reforma sanitária.	Discurso de crise de sustentação financeira dos regimes previdenciários	A visão de não política. (Sposati, 1994) Refilantropização (voluntários). A desarticulação política dos usuários.		
INSTÂNCIAS DE CONTROLE SOCIAL	Tem conferências e conselhos nas três esferas de governo.	Não existem conselhos e nem conferências. No governo Lula está se implantando conselhos quatripartites.	Tem conferências e conselhos nas três esferas de governo.		

FONTE: MAURILIO MATOS

Maceió (2000) elaborada pelo conjunto CFESS/ Cress continua sendo uma referência para a defesa da Seguridade Social Pública. Indica a necessidade da seguridade ser entendida como “padrão de proteção social de qualidade e de cobertura universal”, ressaltando a necessidade de tratar articuladamente as três políticas e relacioná-las com o conjunto das políticas públicas, em especial com a esfera do trabalho.

“O assistente social tem na questão social a base de sua fundação como especialização do trabalho”.

Maria Inês Bravo

A Seguridade Social brasileira ainda não foi implantada, admite Maria Inês. Ao contrário, desde a sua formulação discursos e práticas apontaram para o seu desmonte. A política de Assistência Social está voltada para os pobres em extrema vulnerabilidade, restrita e limitada apesar de algumas proposições inovadoras como a criação do Sistema Único da Assistência Social (SUAS) e a unificação dos programas de transferência de renda. Entretanto, a falta de recursos impede a sua implementação.

Os assistentes sociais nesta conjuntura, também são pressionados a atuarem em políticas focais, priorizando os mais pobres, na chamada discriminação positiva, tendo em vista que não há ampliação do gasto social. No entanto, avalia Maria Inês, este argumento é ruim, pois evidências históricas já demonstraram que ao criarem políticas focais para camadas pobres, devido a pouca capacidade desses grupos de articular seus interesses, essas políticas tendem a ser sub-financiadas e ofertar serviços de menor qualidade.

Na atual conjuntura brasileira existe uma tensão entre projetos sociais distintos que convivem em luta no seu interior e repercutem no trabalho profissional do assistente social. Esses projetos têm objetivos diferentes, ou seja, a defesa da ampliação e/ou consolidação dos direitos sociais dos cidadãos assumidos como dever do Estado, de um lado. E, por outro, a defesa da privatização e a mercantilização do atendimento às necessidades sociais que têm, por intencionalidade a diminuição dos direitos sociais e do Estado na condução das políticas públicas.

O projeto ético-político construído pelos assistentes sociais nos últimos trinta anos, hegemônico no debate profissional, tem por referência o projeto de caráter universalista e democrático que orientou a concepção de Seguridade Social inscrita na Constituição de 1988, e a perspectiva de sua ampliação. Este projeto tem como pre-

o projeto ético-político construído pelos assistentes sociais nos últimos trinta anos, hegemônico no debate profissional, tem por referência o projeto de caráter universalista e democrático que orientou a concepção de Seguridade Social inscrita na Constituição de 1988, e a perspectiva de sua ampliação. Este projeto tem como pre-

Seguridade Social

missas o avanço da democracia fundada nos princípios da participação e controle popular, a universalização dos direitos, garantindo a gratuidade no acesso aos serviços e a integralidade das ações voltadas à defesa da cidadania de todos, na perspectiva da equidade. A defesa dos direitos impõe reafirmar a primazia do Estado na condução das políticas públicas e uma nova concepção de gestão que politiza a participação através da utilização de mecanismos de democracia participativa como os conselhos.

Maria Inês fez questão de destacar que o Serviço Social não é uma profissão que trabalha apenas com a política de assistência. Afirmou que esse é um equívoco que tem sido defendido por alguns profissionais na atualidade. O assistente social atua em todas as políticas sociais uma vez que tem na questão social a base de sua fundação como especialização do trabalho.

Coerente com esta direção, os profissionais de Serviço Social têm como desafios: o desenvolvimento de trabalho profissional que fortaleça junto aos usuários a noção de direito social e a possibilidade de ação coletiva na sua defesa; a articulação com os diversos movimentos que lutam pela efetivação da Seguridade Social Pública; a construção de espaços nas instituições que garantam a participação popular e o acesso aos serviços; o estímulo à pesquisa e aprofundamento do debate teórico-político sobre o tema; a aproximação da academia com o meio profissional para a defesa da Seguridade Social e o fortalecimento dos laços entre as entidades da categoria em torno da temática.

Estas proposições são alguns indicativos para a defesa e luta pela Seguridade Social pública, que além de possível, mostra-se necessária como demanda real das classes subalternas e como instrumento estratégico, com vistas à criação de uma outra ordem societária, sem dominação econômica, social e política.

O direito ao trabalho

O professor da UFRJ, José Paulo Netto, participou da conferência "Seguridade Social em risco: desafios à consolidação dos direitos e à implantação do SUAS", que fez parte do 34º Encontro Nacional CFESS/Cress.

Para tratar do tema proposto fez uma intervenção fundada em três princípios: o resgate da construção do Projeto ético-político profissional, o resgate da história da seguridade social e a visão de conjunto. Lembrou que o projeto profissional, hegemônico na categoria, diz não a uma sociedade de assistidos. Os assistentes sociais pensam em uma sociedade de direitos. Mas, segundo o professor os direitos não devem ser defendidos só pela ótica ju-

rídica. A organização é fundamental para implementar os direitos. Depois resgatou a história da Seguridade Social como processo e como conceito. Tratou a Seguridade Social numa visão de conjunto, tendo em vista que o desempenho do assistente social, especialmente os que trabalham diretamente com ações de natureza assistencial, deve levar em consideração a conjuntura política do país.

Segundo José Paulo Netto, o governo divulga a idéia de que o crescimento econômico pode tirar o país da situação em que se encontra. Mas o relatório da Untacd, que é um organismo da ONU, informa que todos esses resultados positivos das exportações, por exemplo, estão sendo neutralizados pelas transferências globais de recursos financeiros. Revelou que um economista do Ipea, Marcelo Medeiros, fez uma projeção apontando que se o país crescer 5% ao ano durante 15 anos consecutivos, ainda assim não haveria diminuição significativa da desigualdade social, com a atual organização socioeconômica brasileira. Portanto, garante o professor, são necessárias políticas econômicas radicais para que o crescimento signifique distribuição de renda, com a desconcentração da propriedade.

José Paulo fez uma reflexão sobre a seguridade social, afirmando que em torno dessa expressão está sendo construído um verdadeiro fetiche, ignorando-se a sua história nos últimos 20 anos. Lembrou que o primeiro direito, no elenco dos direitos sociais, foi formulado em 1848, que é a demanda do direito ao trabalho. Esse é o mais fundamental dos direitos sociais, enfatizou. "Não se pode discutir direito social fazendo abstração do direito ao trabalho". Só no pós-guerra, o trabalho, fundamentando os outros direitos sociais, se constituiu jurídica e socialmente. No entanto, ressaltou que não basta um direito ser reconhecido juridicamente. É preciso força, instrumento e mecanismo de organização para demandar um direito inscrito juridicamente.

O conceito de Seguridade Social se configurou entre 1945 e 1957, momento em que o movimento dos trabalhadores avançou significativamente. É como resultados de projetos, práticas e lutas sociais que vai se constituir um conceito de seguridade social, no início dos anos 60, sustentado no tripé: saúde, trabalho e previdência. Subsidiariamente: educação e assistência. A partir de 1970 o capitalismo passa a viver ondas longas recessivas, onde os momentos de crescimento se tornam episódicos. Nesse momento, há uma reestruturação da dinâmica do capital, que obedece a uma vontade política e não é mera decorrência da economia. Há uma vontade política de derrotar e destruir os direitos que estavam

reconhecidos na ótica da seguridade social ancorada no trabalho.

No plano da economia, isso acontece através dos planos de ajustes, que vão ser conhecidas sob fórmulas diferentes, mas que cobrem um conjunto do mundo capitalista, principalmente em países como o Brasil. Mas há uma frente ideológica que justifica essa reorganização geral da produção, que ficou conhecida por neoliberalismo, implicando no crescimento das desigualdades nos planos nacional e internacional e a mundialização da pobreza. Foi responsável pela metamorfose na concepção de seguridade social. O neoliberalismo, que emerge na Europa Ocidental, tem conceito fraco de seguridade social, que tira do centro da sua articulação o trabalho e joga como centro a assistência, fazendo um redirecionamento. Em países como Argentina, Peru e Bolívia, a assistência foi refilantropizada e houve uma inteira desestatização. Já no Brasil, as medidas neoliberais não puderam se assentar completamente, porque encontraram uma forte resistência política no Parlamento, liderada pela bancada de esquerda hegemônica pelo Partido dos Trabalhadores (PT). Nesse caso, a política de assistência foi posta como direito, a partir de alguns princípios. O primeiro princípio é a idéia de que o emergencial se torna essencial.

"A prática do Serviço Social não se reduz ao espaço da assistência".

José Paulo Netto

O professor fez questão de destacar que a assistência é inteiramente legítima e necessária, mas enquanto emergencial. Mas advertiu que onde o neoliberalismo não conseguiu se estabelecer completamente abriu-se um espaço para o direito a assistência, que acabou se tornando uma política sistemática. O mesmo núcleo que sustenta essa concepção fraca de seguridade social também aceita a destruição do trabalho formal. O trabalho informal passa a ser glorificado e se destaca a economia solidária, ao mesmo tempo não serão discutidas a privatização, a flexibilização e a desregulamentação. O resultado disso é o crescimento da miséria e a condução das políticas de assistência.

No Brasil, desde a década de 90, impõe-se na saúde o projeto privatista, implicando o isolamento e a neutralização dos SUS. Na previdência, as reformas foram conduzidas pelo atual governo federal contra os interesses dos trabalhadores. É nesse marco que acontece a ênfase na assistência. No entanto, segundo dados do Bird, só é possível lutar contra a pobreza, se o país investir até 2025 cerca de 3% em infraestrutura. O professor destacou que a pro-

posta orçamentária para 2006 em infra-estrutura é de 0,55% do PIB. Mas ao mesmo tempo o governo faz um alto investimento em gastos correntes. Por exemplo, o Bolsa Família terá 0,39% do PIB (8,3 bilhões de reais). Avaliou que a assistência é constitucionalmente um direito, mas só será socialmente um direito se houver um fomento intensivo à organização popular para executá-la e controlá-la. "Sem instrumento com capacidade de força todo direito é meramente formal". Alertou que o movimento de organização popular não tem sido feito nos últimos anos.

Romper com o corporativismo

José Paulo admite que a política de assistência no Brasil é imperativa. Mas é categórico ao afirmar que a seguridade social não deve ser centrada na assistência, mas sim no trabalho. Não apenas na geração de postos de trabalho, diz, mas na mudança das formas pelas quais é distribuída a propriedade e a renda nacional. Nesse sentido, será fundamental qualquer medida que universalize a assistência para aqueles que necessitam dela, rompendo com focalismos, regionalismos e "currais eleitorais".

De acordo com José Paulo é importante discutir o papel dos assistentes sociais nesse processo de implementação do SUAS, que em sua opinião, é distinto do processo de organização do SUS, realizado num momento em que o país estava vivendo um processo intenso de democratização. Ressaltou que a formulação do SUAS acontece em um quadro político em que antiga oposição está no governo. Alertou que a categoria precisa continuar rompendo com seu corporativismo, que é um movimento que começou a fazer nos anos 80 e está consagrado no Projeto ético-político e no código de ética profissional. Disse que os assistentes sociais não devem se iludir com a geração de empregos que pode advir do SUAS. Afirmou que a prática do Serviço Social não se reduz ao espaço da assistência, pois a profissão tem inserção em todas as políticas que compõem o universo da seguridade social (na sua perspectiva ampliada). Disse que um dos desafios para a categoria é não aceitar o minimalismo e lutar por uma seguridade social forte, que inclua o trabalho. Como técnico, o assistente social precisa organizar os usuários da assistência, que é uma exigência que deriva do Projeto ético-político.

Apontou ações para o assistente social em três planos: continuar investindo na organização da categoria e seus instrumentos de intervenção coletiva como, por exemplo, o conjunto CFESS/Cress; vincular a luta do Serviço Social a de outras categorias profissionais e acumular força com a crítica, insistindo para que as coisas sejam diferentes. É preciso exigir o cumprimento constitucional, orçamento para seguridade e fim do contingenciamento. É necessário trabalhar com o espírito do Projeto ético-político, que é atual e dá referência para essa difícil "batalha".

Desafios na implantação do SUAS

Todos os anos são realizadas Conferências municipais, estaduais e nacionais na área de Assistência Social. Em 2005, as discussões foram feitas baseadas na implementação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e da Norma Operacional Básica (NOB 3). A Política Nacional de Assistência Social, aprovada na IV Conferência Nacional de Assistência Social em 2004, apontou diretrizes para o SUAS. A secretária municipal de Assistência Social de Niterói, Heloísa Mesquita, que participou do processo de construção da NOB aprovada em 2005, avaliou que o SUAS aponta avanços no reconhecimento de direitos. Segundo a secretária, foi um trabalho desenvolvido na lógica da rede de proteção social, visando a necessidade da família, e no sistema cidadão. Ressaltou que as necessidades materiais dos usuários precisam ser reconhecidas, mas a política de assistência não é constituída só disso.

As conferências do ano em curso têm uma importância muito grande neste processo de construção, pois de acordo com Heloísa cada esfera do governo apresenta sua competência e todas as propostas dos grupos, nas conferências, devem ser considerados. Disse que será necessário rever as regulamentações e as suas reais necessidades locais. Por isso, o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) tem um papel fundamental, já que estará perto do cidadão, respeitando as diferenças regionais e territoriais. A proposta é que os CRAS's trabalhem com dois cadastros: conhecimento da família e da rede. Assim poderá encaminhar o usuário para a rede de proteção social, na perspectiva da universalização dos direitos.

Na área financeira também houve avanços, relata a secretária, pois a NOB definiu os pisos e critérios para os recursos nas três esferas de governo. Ela deixa claro que o SUAS não é mais vinculado a uma política de governo, mas sim a uma política de Estado. Considerou outro avan-

ço a definição do papel dos conselhos de políticas, que passam a ser mais ativos e deixam de ser burocráticos. Há um reforço do papel do controle social por parte dos conselhos de assistência. Enfatizou que a NOB 3 é o resultado de fóruns e debates feitos pela sociedade. Declarou ainda que a política de assistência Social deve ser trabalhada na perspectiva da prevenção.

Simone Albuquerque, do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), integrante da equipe responsável pela NOB 3, afirmou que o que se pretende com a implantação do SUAS é a garantia de um modelo de assistência pública e gratuita para aqueles que precisam. Ressaltou que a política de assistência não se direciona apenas para os pobres, mas para todos que precisam dela. Concorda com Heloísa no que tange aos avanços da NOB de 2005 em relação às duas normas anteriores (97

e 98). Um exemplo é a criação da taxa de vulnerabilidade social, para além do corte da pobreza. Apresenta como maior desafio à construção da universalização dos direitos. Registrou que acredita que o SUAS pode concretizar o conceito de seguridade social expresso na Constituição Federal de 1988. Revelou que uma grande preocupação dos gestores do MDS era deixar um legado, mesmo que esse governo não continue.

Crítica

Para Diestéfano Sant'Anna de Lima, coordenador de política pública da Casa de Cultura (Baixada Fluminense) e integrante do Fórum Estadual de Assistência e dos conselhos estadual e municipal de assistência, a estrutura do calendário das conferências é interessante, pois atende a

um processo de descentralização política administrativa. Os relatórios dos conselhos municipais passam para o Estado até chegar no Nacional, de forma democrática.

Em sua opinião são incontestáveis os avanços da NOB 3, principalmente no que diz respeito ao financiamento e a criação dos CRAS's, tendo como determinante a proporcionalidade da população. Mas faz críticas no âmbito dos programas sociais, principalmente em relação ao cadastro único, que ainda estigmatiza, por levar em consideração a renda mínima. Também disse que a linguagem utilizada ainda está distante das instituições que atendem ao usuário. Disse que as articulações políticas das conferências estão fragmentadas e presenciou um esvaziamento em vários municípios. Finalizou afirmando que é fundamental o fortalecimento dos conselhos de políticas.

Assistentes sociais marcam presença na construção dos SUS



A atual direção do Cress, junto com a comissão de assistentes sociais da saúde que atuam no município do Rio de Janeiro e apoio da Comissão de Orientação e Fiscalização (Cofi) do Conselho, realizou no dia 19 de setembro a exposição "15 anos de SUS: nós, assistentes sociais, participamos dessa construção", com trabalhos produzidos por esses profissionais, em forma de pôsteres. O evento, que aconteceu no hall do CASS da Prefeitura, teve o objetivo de apresentar à população em geral alguns dos projetos executados pela categoria, efetivando mais um encaminhamento retirado na reunião realizada com os assistentes sociais da Secretaria Municipal de Saúde (SMS) do Rio de Janeiro, em junho.

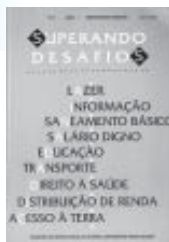
De acordo com a agente fiscal Ângela Corrêa Lima, foram recebidos cerca de 40 trabalhos, mas devido ao pequeno espaço disponível, não foi possível expor todo o material enviado pelos profissionais de Serviço Social. Mas garantiu que haverá outras oportunidades.

A avaliação da exposição, que teve como uma de suas propostas garantir a visibilidade externa, foi positiva, pois o local é bastante movimentado e foram distribuídos cerca de 300 folders explicativos sobre a profissão e cartões produzidos pelo Cress/RJ. O evento proporcionou visibilidade das ações do Serviço Social na saúde para a população e para os próprios servidores da prefeitura.

PUBLICAÇÕES À VENDA NO CRESS



▶ *Caderno Temático NEAT n° 3, R\$ 5,00*



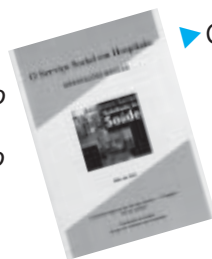
▶ *Superando Desafios R\$ 13,00.*

▶ *Assistente Social - Ética e direitos, 4ª ed. R\$ 15,00*



▶ *Em Foco: O Serviço Social e o Sistema Sociojurídico - R\$ 10,00. Serviço social clínico e o projeto ético-político do Serviço Social - R\$ 10,00.* Atribuições privativas do assistente social e o "serviço social clínico" - R\$ 10,00.**

* Na compra das duas edições o valor é de R\$ 15,00



▶ *O Serviço Social em Hospitais R\$ 3,00.*



▶ *Revista Inscrita R\$ 10,00, 2 por R\$ 15,00 e 3 por R\$ 25,00*

O Instituto Nacional do Câncer (Inca) é um órgão do Ministério da Saúde, responsável pela política nacional de prevenção e controle do câncer no Brasil, que coordena e desenvolve ações em áreas estratégicas como prevenção, ensino, pesquisa, educação e informação epidemiológica e assistência médico hospitalar. São cinco unidades assistenciais e mais unidades de prevenção, ensino e pesquisa, divididos em quatro prédios: Hospital do Câncer I (HCI), HCII, HCIII, HCIV e Centro de Medula Óssea (Cemo).

Os profissionais de Serviço Social no Inca estão inseridos em todas as unidades desenvolvendo ações de assistência, ensino e pesquisa. De acordo com a assistente social Márcia Skaba, responsável pelo Serviço Social do HCI, a atuação não se restringe à ponta da assistência, mas também ocorre na gestão, condução e planejamento dos processos de trabalho que reatam na assistência. Ressaltou que os profissionais fazem a discussão sobre a política "Humaniza SUS". Também salientou que as legislações, de 15 anos para cá, respaldam as orientações profissionais.

Cada unidade do Inca tem suas especificidades. O HCI, por exemplo, atende e trata diversos tipos de câncer, já o HCII atende os pacientes com câncer ginecológico, o HCIII cuida do câncer de mama e o HCIV desenvolve ações de cuidados paliativos, tratando pacientes que se encontram em condições avançadas da doença. O Cemo é para os casos de câncer que demandam transplante. Segundo as assistentes sociais Márcia, Vânia Braz (HCIII), Célia Ulisses (HCII) e Teresa

Ação profissional em consonância com o projeto ético-político

Cristina de Souza Oliveira, são essas especificidades que vão determinar o atendimento prestado pelo assistente social, que estão inseridos em todas as instâncias de atendimento ao usuário.

Assistentes sociais do instituto não atuam apenas na ponta da assistência

O profissional de Serviço Social está presente na recepção integrada, que pressupõe um modelo de acolhida não excludente em consonância com o projeto ético-político e o código de ética profissional, durante o tratamento com equipes multiprofissionais, prestando assistência aos usuários e seus familiares e no planejamento e gestão dos processos de trabalho. Célia destaca que há uma atuação do profissional na contra-referência quando o usuário não é elegível ao INCA. Por isso, a inserção dos assistentes sociais na oncologia é fundamental, principalmente se for considerado os determinantes e demandas sociais implícitos à questão do câncer.

Márcia, Vânia, Célia e Teresa são unânimes em afirmar que o conhecimento adquirido nessa área é fundamental para o



reconhecimento e efetivação de direitos objetivando um melhor enfrentamento ao processo dessa doença que usualmente implica em um sofrimento social, além do patológico. Acrescentam que a ação do Serviço Social do INCA está baseada na socialização das informações, entendendo-a como possibilidade de politização para o exercício da cidadania. Acrescentaram ainda que atuam na orientação do processo de prevenção do câncer, alertando a população sobre os fatores de risco.

Apesar de um cotidiano de trabalho pesado e recursos humanos deficitários, Márcia e Célia destacam que o Serviço Social na instituição está fortalecido e, principalmente, a partir do ano de 2000 aconteceram muitos avanços. Há uma troca profissional permanente entre as unidades.

É preciso destacar, explicam as assistentes sociais, que o Serviço Social do Inca não atua só na ponta da assistência. A responsabilidade de formação de recursos humanos para assistência na área de

oncologia no Sistema Único de Saúde (SUS) é dessa equipe, que insere em suas ações o ensino. Segundo Márcia, os cursos de especialização, aperfeiçoamento e atualização de Serviço Social em oncologia, que já estão estruturados, contam com a colaboração

direta dos assistentes sociais que elaboram e organizam os cursos. Avalia que esse trabalho, que faz uma inter-relação entre assistência, ensino e pesquisa, abre o mercado de trabalho e traz muito orgulho profissional. O curso de Especialização, aberto a todos os profissionais interessados, já está na sétima turma. Os cursos de atualização acontecem semestralmente e são direcionados apenas ao público interno. Os de aperfeiçoamento atendem a todos que têm inserção em oncologia.

A equipe de Serviço Social do INCA é formada atualmente por 34 profissionais, que trabalham com cargas horárias diferenciadas. Entre os desafios apontados estão: a responsabilidade de prestar uma assistência cada vez mais qualificada, orientar os usuários para que vençam o estigma do câncer e de suas implicações sociais, oferecer condições de enfrentamento da doença, garantir proteção social e fazer um resgate do cidadão recuperando a dignidade do ser humano.

ESPAÇO COFI

Fiscalização político-pedagógica, normativa e disciplinadora

A Visita Institucional é uma atividade realizada pela Comissão de Orientação e Fiscalização do Cress 7ª Região (COFI) como parte de sua ação programática, desde 1995. O objetivo, além de instrumentalizar a referida comissão em seu trabalho regimentar e cotidiano, é propiciar aos assistentes sociais, pesquisadores, diferentes comissões de trabalho do Cress e Unidades de Ensino, entre outros, a possibilidade de aprofundar questões pertinentes ao exercício profissional nas diversas áreas de atuação. É uma ação fiscalizadora, em conformidade com a Política Nacional de Fiscalização do conjunto CFESS/Cress, que preconiza as dimensões político-pedagógica, normativa e disciplinadora, referenciadas através da afirmativa de princípios e compromissos conquistados.

Já foram conhecidas e mapeadas pela COFI algumas áreas no Estado do Rio de Janeiro: Saúde Privada (40); Ongs que tra-

balham com crianças e adolescentes (56); Saúde Pública (300); Empresas Privadas e Pariestatais (130). Atualmente os agentes fiscais estão finalizando as visitas na área sociojurídica (Sistema Penal, Instituições de medidas socio-educativas, Ministério Público e Tribunal de Justiça). Utilizando um consistente instrumento de trabalho, o Relatório de Visita, especialmente elaborado para cada setor, a atuação pedagógica, preventiva e fiscalizadora da COFI se materializa. Dessa forma, o Cress amplia sua atribuição precípua, ao disponibilizar os dados manuseados em seu interior ao conjunto da categoria através dos encontros devolutivos para os assistentes sociais abordados, apontando reflexões sobre a prática profissional e institucional conjunturais, acadêmicas, políticas, suscitando novas indagações passíveis de serem pesquisadas futuramente por docentes e pesquisadores. Uma leitura ampla e qualificada sobre a realidade profissional, que

visa o fortalecimento do Projeto Ético-Político Profissional.

Ainda para 2005, os integrantes da comissão estão organizando um evento para os assistentes sociais das instituições de medidas sócio-educativas (ex-Degase), visando uma reflexão coletiva sobre sua prática profissional. Também está sendo organizado o II Encontro de Assistentes Sociais da área de Recursos Humanos, que tem como objetivo contemplar os atuais

interesses destes profissionais que vêm consolidando sua intervenção nesse espaço de atuação do Serviço Social, em diferentes Instituições. A agente fiscal, Nízia Vieira, destaca que a organização destes dois eventos estão sendo feita em consonância às Comissões Temáticas/Cress 7ª Região correspondentes a cada área (Comissão Sociojurídica e Núcleo de Estudos e Assessoria ao Trabalho de Assistentes Sociais em Empresa - Neat).

Plantão do Cofi

Os agentes fiscais estão fazendo plantões segundas e quartas-feiras, das 10h às 17h30 min, na sede da entidade para atender os assistentes sociais. A proposta é garantir a melhoria dos serviços prestados. Mais informações

cofi@cressrj.org.br

Entre os dias 4 e 7 de setembro foi realizado em Manaus (AM) o 34º Encontro Nacional do Conjunto CFESS/Cress, com o tema “Defender direitos e fortalecer movimento sociais: atribuições ética, política e profissional do assistente social para radicalizar a democracia”. O Encontro, fórum máximo de deliberações dos assistentes sociais brasileiros, teve a mesa de abertura composta por Cecília Freitas (presidente do Cress/AM), Cristiane Libório de Brito e Celso Severo (representantes do Enesso) e Elisabete Borgianne (presidente do CFESS), que deram as boas-vindas aos profissionais presentes de todo o país. A ausência da Abepss foi justificada. Elisabete Borgianni destacou que a categoria precisa resgatar o projeto que sempre defendeu e avaliou que a atual conjuntura política aponta para novos desafios ao Serviço Social e, portanto, o momento era de análise e estudo para apontar novas visões e ações políticas.

Conjuntura

A diretora da Faculdade de Serviço Social da Uerj, Elaine Behring e a presidente do CFESS participaram da conferência do primeiro dia que abordou o tema principal do evento. Elaine fez uma análise da conjuntura política, passando pelo resgate histórico do Partido dos Trabalhadores (PT), desde a campanha presidencial de 1989 até a chegada ao governo federal em 2002, com a política de alianças. Advertiu que não é possível analisar o governo Lula no varejo, é preciso verificar os impactos. Lamentou a perda da oportunidade histórica de um governo popular e falou da indignação com as medidas que têm sido tomadas. Alertou sobre a necessidade da categoria não perder sua questão central que é a defesa de direitos. Afirmou que é preciso sair do imobilismo e retomar as lutas. Não descartou a possibilidade de fortalecer segmentos dentro do próprio governo, pois é preciso fazer a distinção entre política de governo e política de Estado, mas sempre resguardando a autonomia política das entidades e assegurando o direito de fazer as críticas. Elisabete Borgianni disse que os profissionais com senso crítico que compõem o governo fazem a diferença. Denunciou os cortes orçamentários e os contingenciamentos feitos e os previstos na área social. Apresentou a proposta do CFESS de divulgar o risco social em vez do risco capital. Disse que é preciso agregar forças e investir nas pesquisas a fim de fornecer elementos para fomentar o risco social. Também fortalecer núcleos de defesas de direitos e aproveitar o exercício profissional cotidiano para fonte de pesquisa no movimento social organizado.

O professor da UFRJ, José Paulo Netto, a representante do Ministério de Desenvolvimento Social, Simone Albuquerque e a vice-presidente do CFESS, Ivanete Boschetti abordaram o tema “Seguridade Social em risco: desafios à consolidação dos direitos e à implantação do SUAS”. José Paulo falou sobre a origem do conceito de seguridade social e apontou vários desafios aos assistentes sociais (páginas centrais).

Tema central aponta para o fortalecimento dos movimentos sociais

Simone Albuquerque ressaltou a importância do debate no momento de implantação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Explicou que a seguridade social, como está expressa na Constituição, é resultado de uma luta popular e o SUAS nasce da resistência e da construção dos assistentes sociais comprometidos com o usuário. Garantiu que o SUAS pode concretizar a seguridade social, pois em sua opinião já estão sendo efetivadas mudanças concretas na área. Afirmou ainda que a Norma de Operacional Básica (2005) deixa propostas de orçamentos com diretrizes e metas.

Ivanete fez uma apresentação (ínte-

A conferência “Democratização da informação: requisito e atribuição profissional para o acesso aos direitos” demonstrou o investimento que o Conjunto CFESS/Cress está fazendo em relação à política de comunicação. A representante do CFESS, Simone de Almeida, disse que a integração com essa área está sendo feita desde 2001, mas só agora foi montada uma mesa especialmente para abordar essa questão. Anunciou a realização do I Encontro Nacional de Comunicação (2006) e que terá como um dos objetivos traçar uma diretriz para atualizar a política de comunicação e torná-la capaz de propagar os

assessorias de imprensa, trabalhar melhor as possíveis fontes para agilizar as informações e priorizar o que é fundamental nas entrevistas, entre outras.

Reforma universitária

“Implicações da reforma universitária para o projeto ético-político profissional: desafios para o Conjunto CFESS/Cress”. Esse foi o tema abordado pelas conferencistas Ana Elizabete Mota (Abepss) e Joaquina Barata (CFESS), que fizeram uma avaliação dos impactos dessa reforma para o Serviço Social. Beth Mota fez um resgate histórico da reforma do ensino superior. Alertou que a reforma universitária não virá, pois já está presente e um dos principais desafios da categoria é desmontar o atual discurso que desqualifica a bandeira original de um ensino público de qualidade. Foi categórica ao mencionar que a política de cotas não significa uma universalidade para todos. Ressaltou que, em conformidade com o projeto ético-político profissional da categoria, é preciso acompanhar de perto toda essa movimentação para assegurar o fortalecimento das instituições públicas de ensino superior. Joaquina afirmou que a reforma acentuará a visão da educação, principalmente no que tange ao ensino superior, como mercadoria e não como direito universalizado. Também trará problemas para a produção de ciência, aumentando a dependência tecnológica do país e privilegiando os interesses das empresas educacionais, que passarão a ter subsídios do Estado por meio de bolsas aos alunos.

O Encontro teve sete grupos temáticos, em que importantes questões do Serviço Social foram discutidas e encaminhadas para serem aprovadas pela plenária final. Os organizadores do evento planejaram atividades culturais ligadas à história da região amazônica. Entre as deliberações da plenária final estão: a aprovação da Carta de Manaus, a revisão do Código Eleitoral da categoria, a elaboração de um CFESS Manifesta sobre o tema “Assistência e Serviço Social” e a definição dos estados em que serão realizados o próximo CBAS (PR) e o próximo Encontro Nacional (ES). A delegação do Rio de Janeiro foi composta pelos assistentes sociais de base e diretores do Cress/RJ eleitos em assembleia: Andreia Pequeno, Fátima Grave, Solange Moreira, Rosely Lorenzato, Geila Peçanha, Ângela Lima, Elias Azevedo, Janaína Monteiro, Valéria Barbosa, Marcus Vinicius Aguiar e Loana Rios Batholoti.

Ivanete Boschetti lembrou que o Encontro Nacional de Manaus era o primeiro das atuais gestões do Conjunto CFESS/Cress. Enfatizou a importância de se garantir os valores do projeto ético-político profissional, respeitando as diferenças e lutando pela socialização da riqueza produzida.



princípios ético-políticos, defendidos pela categoria. Também foram convidados o jornalista Carlos Alberto Almeida (âncora da TV Senado) e Kênia Augusta de Figueiredo (assistente social da prefeitura de Belo Horizonte – MG) que atua ligada ao tema. Ele mostrou como a mídia está colaborando na “desconstrução” dos direitos. Avaliou que o modelo de comunicação no Brasil é comercial e privatizado e está nas mãos

de pequenos grupos que apontam um perfil inculto e insensível. Portanto, atende a interesses de banqueiros e outras classes de poderosos e não tem como cunho principal a informação. Apontou como alternativa destinar a verba governamental para o fortalecimento da mídia pública e alternativa, equilibrando forças com a mídia privada. “Enquanto houver a ditadura da mídia não haverá democracia”, finalizou. Kênia explicou sua pesquisa de mestrado “Novos desafios para o Serviço Social na era das comunicações”, em que, baseada em um trabalho realizado no âmbito do município de Belo Horizonte, mostra que a categoria ainda não está preparada para enfrentar a mídia. Mas aponta vários caminhos aos assistentes sociais para lidar com essa área como: fortalecer suas